

1 **Operacional e mudanças significativas no exercício**

Esta seção provê informações sobre eventos significativos e transações que afetaram as demonstrações contábeis e performance da Companhia.

Nesta seção, estão incluídos os seguintes tópicos:

Informações gerais	2
Mudanças significativas no exercício	4

1.1 Informações gerais

1.1 (a) Sobre o Grupo

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias, diretas e indiretas, em investidas são atualmente as seguintes:

- **GPC Química S.A.** (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidades em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG.
- **Apolo Tubos e Equipamentos S.A.** (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Detém 100% do capital da Apolo Tubulars.
- **Apolo Tubulars S.A.** (“Apolo Tubulars”) - sociedade anônima de capital fechado, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o segmento de petróleo e gás.
- **Metanor S.A.** - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias. Atualmente, a Metanor atua apenas como empresa holding.
- **Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste** – (“Copenor”) sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na comercialização de metanol e seus derivados, e na produção de formaldeído e hexametilenotetramina.

1.1 (b) Sobre a recuperação judicial

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em dezembro de 2019 o Administrador Judicial apresentou relatório pugnando pelo encerramento da Recuperação Judicial. O Ministério Público também emitiu parecer favorável ao encerramento.

Em 21 de julho de 2020, as Recuperandas apresentaram petição dirigida ao Juízo da Recuperação Judicial requerendo a conclusão de questões incidentais que devem ser solucionadas para o efetivo encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 12 de novembro de 2020 foi proferida sentença nos autos do Processo de Recuperação Judicial, declarando encerrada a recuperação judicial da Companhia e de suas Controladas. A Companhia aguarda decisão dos embargos de declaração que não possuem efeito modificativo da referida sentença.

1.1 (c) Surto de Coronavírus

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Para amenizar os efeitos da pandemia sobre o sistema de saúde nacional, os governos estaduais e municipais adotaram medidas de isolamento social, para restringir a movimentação de pessoas e a operação de certos negócios (“lockdown”), impactando de forma significativa a atividade econômica no Brasil.

As diversas medidas de eficiência implementadas em nossas operações, ao longo dos últimos anos, e as medidas adotadas de enfrentamento da pandemia nos últimos meses, contribuíram para que a Companhia pudesse enfrentar esse período de grandes adversidades e encerrasse o exercício de forma bastante positiva.

Em meados de março foi estabelecido um Comitê de Crise nas empresas do Grupo para assegurar (i) proteção aos colaboradores e parceiros, (ii) segurança e continuidade das operações junto a clientes e fornecedores e (iii) liquidez da Companhia diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia, o que contribuiu para a continuidade do processo de desalavancagem financeira da operação.

Dentro das medidas relevantes tomadas, destacam-se:

- a) As controladas se utilizaram da Lei 14.020/2020, que permitia a redução de jornada e salários, para ajustar suas operações, custos e despesas fixas, minimizando os impactos na demanda decorrentes da crise provocada pela Pandemia;
- b) Paralisação temporária da produção industrial da unidade de Uberaba-MG, tendo em vista a baixa demanda momentânea de clientes;
- c) Postergação parcial da remuneração dos membros da Administração;
- d) Manutenção do regime de home office, nas atividades possíveis, de forma a evitar maior circulação de pessoas nos transportes públicos e em nossas unidades;
- e) Adesão aos programas do Governo Federal para diferir e parcelar impostos; e
- f) Renegociação com fornecedores para alongar, de forma temporária, prazos de pagamento

A Companhia ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pelo Covid-19 nas operações cujo os efeitos incidiram principalmente nos meses de abril e maio deste ano. Apesar das adaptações feitas nas atividades em função da deflagração da pandemia do Covid-19, a Companhia se encontra operando dentro de um contexto de normalidade.

1.2 Mudanças significativas no exercício

A performance e a posição patrimonial-financeira da Companhia foram impactadas pelos seguintes eventos ocorridos durante o ano de 2020:

- a) Melhora nos indicadores de desempenho como receita, geração de caixa, lucro líquido e redução do grau de alavancagem financeira;
- b) Obtenção de autorização judicial para recuperar o valor integral e atualizado dos depósitos judiciais, no montante de R\$ 78.718, realizados pela Companhia no âmbito do processo em que se discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 2.3(e)). O total do ganho, no resultado do exercício, foi equivalente a R\$ 103.638;
- c) Monetização de ativos não operacionais com venda de parte do terreno de Benfica;
- d) Expansão do parque de reatores do segmento químico (Nota 2.3(i));
- e) Obtenção de decisão judicial para o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas (Nota 1.1);
- f) Desdobramento de ações da Companhia em 5:1, visando maior liquidez das mesmas;
- g) Capitalização dos mútuos da Companhia e da Controlada GPC Química em participação acionária na controlada Apolo Tubos, visando melhor governança e redução de custos tributários e financeiros (Nota 2.3(g)).

2 Como os números são calculados

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações contábeis.

Resultado do exercício	6
Ativos e passivos financeiros	9
Ativos e passivos não-financeiros	16
Patrimônio Líquido	27

2.1 Resultado do exercício

2.1 (a) Receita operacional líquida

A receita com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A transferência do controle do produto para o cliente geralmente ocorre na entrega do produto na localidade física indicada pelo cliente.

	Consolidado					
	Químico (Resinas)	Tubos de aço	Total em 2020	Químico (Resinas)	Tubos de aço	Total em 2019
Receita operacional bruta						
Reconhecida na entrega do produto	823.381	441.114	1.264.495	665.793	357.514	1.023.307
Impostos incidentes sobre as vendas						
ICMS	(78.934)	(40.725)	(119.659)	(63.255)	(29.956)	(93.211)
PIS/ COFINS	(54.530)	(31.363)	(85.893)	(52.891)	(27.191)	(80.082)
IPI	(30.964)	(11.543)	(42.507)	(28.093)	(8.476)	(36.569)
Devoluções e cancelamentos	(12.453)	(9.282)	(21.735)	(5.569)	(10.157)	(15.726)
Receita líquida de vendas e serviços	646.500	348.201	994.701	515.985	281.734	797.719

2.1 (b) Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matérias-primas e embalagens			(654.765)	(539.659)
Salários e encargos	(264)	(319)	(71.163)	(73.350)
Honorários	(996)	(1.358)	(12.508)	(11.721)
Energia elétrica			(15.125)	(13.650)
Outros gastos fixos, gerais e de vendas	(1.928)	(1.383)	(82.406)	(66.551)
Depreciação e amortização	(28)	(29)	(24.505)	(19.528)
Fretes			(47.509)	(37.165)
Comissões/ royalties			(10.174)	(7.329)
Reversão / Provisão Contingências			63.527	(1.799)
Outras receitas	17	5.396	27.807	14.560
	(3.199)	2.307	(826.821)	(756.192)
Custo das vendas			(778.797)	(651.546)
Despesas com vendas			(71.722)	(60.875)
Despesas administrativas	(3.216)	(3.089)	(67.636)	(56.531)
Outras receitas	17	5.396	91.334	12.760
	(3.199)	2.307	(826.821)	(756.192)

2.1 (c) Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita financeira				
Juros sobre aplicações financeiras		3	3.325	3.538
Juros em transações com partes relacionadas			703	901
Variações monetárias ativas	76	136	837	985
Variações cambiais ativas			16.526	2.393
Depósitos judiciais			38.632	
Outros		34	1.091	583
Total da receita financeira	76	173	61.114	8.400
Despesa financeira				
Juros sobre financiamentos com terceiros	(1.630)	(1.079)	(25.377)	(23.787)
Juros sobre empréstimos com parte relacionada	(1.131)	(1.033)	(388)	(213)
Juros - passivo de arrendamento			(604)	(1.000)
Variações monetárias passivas	(4)	(14)	(7.080)	(7.219)
Variações cambiais passivas	(2.289)	(504)	(26.930)	(4.112)
Outros	(707)	(850)	(5.715)	(4.740)
Total da despesa financeira	(5.761)	(3.480)	(66.094)	(41.071)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(5.685)	(3.307)	(4.980)	(32.671)

2.1 (d) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Reversão (provisão) de provisão para contingências			63.527	(1.799)
Incentivo Fiscal			37.093	27.412
Valor justo de Propriedade para investimento			(5.221)	(20.708)
Ressarcimento impostos RFB		5.204		5.204
Outras receitas	17	192	(4.065)	2.651
	17	5.396	91.334	12.760

Provisão (reversão) de provisão para contingências

Em 2020, a Companhia obteve, na ação de discussão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, decisão judicial favorável que autorizou o levantamento dos depósitos judiciais efetuados no período de 2007 a 2016 tornando líquido e certo seu direito sobre o ganho, transitado em julgado, da referida ação.

Incentivo Fiscal

Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615). Na Controlada Apolo Tubos o incentivo decorre de Regime Especial de Apuração através de decreto do Estado do Rio de Janeiro. Estes benefícios são contabilizados no resultado ao longo do período e no final do exercício são destinados a conta de Reserva de Incentivos fiscais dentro do Patrimônio Líquido.

2.1 (e) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto	119.222	24.404	171.039	17.020
Imposto calculado com base em alíquota legal	40.535	8.297	58.153	5.787
Efeito da equivalência patrimonial	(43.556)	(8.637)	(2.767)	(2.776)
Juros sobre capital próprio	1.836	1.863	-	-
Diferenças permanentes	31	(1.660)	(2.133)	(1.815)
Incentivos Fiscais ICMS	-	-	(12.577)	(9.320)
Diferenças temporárias e compensação de prejuízos para os quais nenhum IR/CS diferido estava reconhecido	1.154	(403)	(13.524)	3.055
Despesa com Imposto de renda e Contribuição social	-	(540)	27.152	(5.069)
Despesa com IR e CS corrente	-	-	36.966	20.752
Despesa (receita) com IR e CS diferido	-	(540)	(9.814)	(25.821)
	-	(540)	27.152	(5.069)

A Companhia não reconheceu ativos fiscais referentes a prejuízo fiscal de R\$ 23.199, na Controlada Apolo Tubos, considerando a falta de expectativa de realização no médio prazo. Apesar de a Controlada ter histórico recente de lucros contábeis, parte do histórico recente de lucros é composta por receitas de equivalência patrimonial e incentivos fiscais, que são excluídas para fins de apuração do lucro tributável.

Os tributos diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão demonstrados na [Nota 2.3 \(d\)](#).

2.2 Ativos e passivos financeiros

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2.2(a)	680	390	40.602	11.984
Contas a receber	2.2(b)			148.293	100.117
Outras contas a receber	2.2(c)	3.295	3.228	65.202	50.601
Dividendos a receber - partes relacionadas	5.1	22.077	4.656	1.257	
Empréstimos a receber - partes relacionadas	5.1		55.844	156	2.736
		26.052	64.118	255.510	165.438

		Controladora		Controladora	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Fornecedores	2.2(d)	292	100	66.128	41.545
Empréstimos e financiamentos	2.2(e)	32.722	40.279	130.711	186.704
Impostos e contribuições a recolher - parcelamento	2.2(f)	1.191	1.274	161.862	172.152
Salários e encargos sociais a pagar	2.2(g)			8.254	7.351
Outras contas a pagar				23.775	21.263
Passivos de arrendamento	2.3(j)			4.828	5.802
Dividendos a pagar	5.1	27.048	2.835	29.215	3.300
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	5.1	28.147	14.929	6.243	6.094
		89.400	59.417	431.016	444.211

Na Controladora, a redução dos ativos financeiros é explicada pela conversão do mútuo em investimento na investida Apolo Tubos.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A exposição da Companhia e controladas aos riscos associados aos instrumentos financeiros é discutida na [Nota 3.1\(a\)](#).

2.2 (a) Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa				
Recursos em caixa e depósitos bancários	680	390	5.588	7.192
Aplicações financeiras equivalentes a caixa			35.014	4.792
Caixa e equivalentes de caixa	<u>680</u>	<u>390</u>	<u>40.602</u>	<u>11.984</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a uma remuneração de 100,0% do CDI.

2.2 (b) Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2020	2019
Contas a receber de clientes		
Mercado interno	150.503	98.752
Mercado externo	2.468	5.308
Provisão para perdas esperadas no contas a receber (Nota 3.1(c))	<u>(4.678)</u>	<u>(3.943)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>148.293</u>	<u>100.117</u>

Classificação como contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes representam montantes devidos pelos clientes do Grupo por produtos vendidos no curso normal das operações, com prazo de vencimento entre 30 e 90 dias, sendo, portanto, classificados no ativo circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente pelos valores incondicionais a receber, exceto quando há um componente de financiamento embutido. O Grupo mantém suas contas a receber com o objetivo de coletar fluxos de caixa e as reconhece pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Valor justo de contas a receber de clientes

Considerando sua natureza de curto prazo, o valor ao custo amortizado é considerado similar ao seu valor justo.

Impairment e exposição a riscos

Informações sobre a provisão para perdas esperadas das contas a receber e a exposição a riscos de moeda/ variação cambial e crédito estão descritas, respectivamente, nas [Notas 3.1\(a\)](#) e [3.1 \(c\)](#).

2.2 (c) Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Créditos em processos administrativos/ judiciais				
Créditos - Guaxupé			27.168	27.026
Créditos em precatório - União Federal			8.250	7.534
Ação Judicial oriunda da GPC Industria			2.766	
Outras contas a receber				
Despesas antecipadas			3.047	2.738
Adto de Fornecedores			6.289	1.985
Outros	3.295	3.228	17.682	11.318
	<u>3.295</u>	<u>3.228</u>	<u>65.202</u>	<u>50.601</u>
Parcela classificada no Circulante	124	57	22.074	11.730
Parcela classificada no Não circulante	3.171	3.171	43.128	38.871
	<u>3.295</u>	<u>3.228</u>	<u>65.202</u>	<u>50.601</u>

Créditos – Guaxupé

A controlada GPC Química adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, direitos creditórios resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”), e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos.

Em setembro de 2014, a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia no crédito da McKinlay, no valor de R\$ 10.156, homologando as compensações efetuadas. Em novembro de 2017, a Companhia recebeu a quantia de R\$ 19.315 referente ao crédito MC Kinlay.

A Administração da GPC Química, considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certa”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009.

Créditos em precatório – União Federal

Refere-se ao saldo de um precatório federal oriundo de uma dação em pagamento. O valor contabilizado está disponível em uma conta em juízo.

Outros créditos em ações judiciais

Crédito em ações judiciais oriundo da permuta do saldo do mútuo da GPC Indústria com a Apolo Tubos.

2.2 (d) Contas a pagar - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores Concursais - Classe III				
No mercado nacional			17.226	16.891
Fornecedores Extraconcursais				
No mercado nacional	292	100	24.600	17.289
No mercado externo			24.302	7.365
	<u>292</u>	<u>100</u>	<u>66.128</u>	<u>41.545</u>
Passivo circulante	292	100	51.672	26.647
Passivo não circulante			14.456	14.898
	<u>292</u>	<u>100</u>	<u>66.128</u>	<u>41.545</u>

As contas a pagar a fornecedores não têm garantias e são geralmente pagas entre 1 e 60 dias.

Os créditos dos fornecedores habilitados na recuperação judicial tornaram-se títulos executivos e estão sendo pagos conforme o plano aprovado.

2.2 (e) Empréstimos e financiamentos

Saldos e transações

O saldo de empréstimos é composto pelas seguintes transações:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em moeda nacional - (Concursais)	31.908	31.145	60.254	62.307
Em moeda nacional - (Extraconcursais)	-	-	48.435	64.546
Em moeda nacional - Antecipação de Recebíveis	-	-	18.147	50.718
Em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial. (Concursais)	814	9.134	3.875	9.134
	<u>32.722</u>	<u>40.279</u>	<u>130.711</u>	<u>186.704</u>
Circulante	6.451	6.881	53.450	118.813
Não Circulante	<u>26.271</u>	<u>33.398</u>	<u>77.261</u>	<u>67.891</u>

Empréstimos em moeda nacional - Concursais

Foram dadas em garantia em determinados empréstimos Concursais, Cessão Fiduciária de recebíveis e hipoteca de 2ª grau do terreno de Araucária, as taxas de juros variam conforme opção selecionada no plano: INPC, TR+1%aa e TR + 1,5%aa.

Empréstimos em moeda nacional - Extraconcursais

As garantias para determinados empréstimos são Cessão de recebíveis e aval da Controladora, os juros variam entre 5,8% aa até 13,5% aa.

Antecipação de Recebíveis

Os juros variam entre 0,4%am a 0,6% am.

Empréstimos em moeda estrangeira

O Grupo praticamente liquidou, durante o ano de 2020, o empréstimo junto ao International Finance Corporation ("IFC") no valor original de US\$ 9.2 milhões, que tinha como garantia, entre outras, o terreno da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Para mais detalhes sobre a venda de parte do terreno localizado em Benfica, veja informações na [Nota 2.3 \(f\)](#).

Movimentação dos saldos, nos exercícios

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	40.279	62.106	186.704	187.069
Juros incorridos	1.630	1.078	21.003	11.927
Variação cambial	2.289	504	2.289	504
Amortização - principal	(11.399)	(23.309)	(395.900)	(397.344)
Amortização - juros	(77)	(100)	(12.640)	(19.192)
Captações			329.255	403.740
Saldo no final do exercício	32.722	40.279	130.711	186.704

2.2 (f) Obrigações tributárias – parcelamentos

Saldos no final do exercício

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Tributos parcelados					
REFIS IV (Selic)	(i)		266	33.490	37.803
ICMS - Parcelamento ordinário estadual (Ufir + Selic)	(ii)			29.529	28.490
ICMS - Paraná competitivo (Fca - PR)	(iii)			27.340	31.596
REFIS da Copa (Selic)	(iv)			25.001	28.240
REFIS - PERT (Selic)	(v)	68	99	19.897	21.266
REFIS (Selic)	(vi)			17.672	20.306
Outros (Selic)		1.123	909	8.933	4.451
Total - tributos parcelados		1.191	1.274	161.862	172.152
Passivo circulante		403	441	42.523	29.905
Passivo não circulante		788	833	119.339	142.247
		1.191	1.274	161.862	172.152

(i) **REFIS IV- Reabertura**

Adesão ao programa de Parcelamento REFIS IV, feito pela Companhia e suas Controladas, GPC Química e Apolo Tubos com vencimento em Nov/2028.

(ii) **ICMS – Parcelamento ordinário estadual**

Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro e Paraná das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ44.78 cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 montam R\$26.814 e 2.715, respectivamente.

(iii) **ICMS – Paraná competitivo**

A controlada GPC Química ampliou sua capacidade de produção no estado do Paraná e com isto foi enquadrada no Programa Paraná Competitivo postergando para quatro anos o pagamento de 75% do ICMS incremental apurado a cada mês.

(iv) **REFIS da Copa**

Em agosto de 2014, a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento está sendo pago em 180 parcelas com vencimento em 07/2029.

(v) **REFIS - PERT**

As controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela MP 783/17. Os débitos oriundos da RFB, foram pagos da seguinte forma: 20% à vista e o saldo será quitado com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os débitos oriundos da PGFN foram pagos da seguinte forma: 20% à vista e o restante parcelado em 145 parcelas mensais a partir de janeiro de 2018, com vencimento em 01/2030.

(vi) **REFIS**

As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e GPC Química foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Movimentações nos exercícios

	Movimentação dos tributos parcelados			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	1.274	1.405	172.152	186.100
Valores debitados (creditados)				
no resultado do exercício				
Atualização monetária	(15)	19	5.046	5.663
Reconciliação com extrato da RFB		(6)	(1.569)	(8.980)
Pagamentos efetuados	(68)	(144)	(28.119)	(18.790)
Outras movimentações			14.352	8.159
Saldo final	1.191	1.274	161.862	172.152

2.2 (g) Salários e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	2020	2019
Salários/Honorários a pagar	1.317	1.358
Provisão de férias	6.213	5.379
Outros	724	614
	8.254	7.351

2.3 Ativos e passivos não financeiros

2.3 (a) Estoques

Informações financeiras

	Consolidado	
	2020	2019
Produtos acabados	40.422	33.334
Matérias-primas e embalagens	21.019	26.796
Almoxarifado de manutenção e reposição	15.996	16.427
Produtos em elaboração	13.533	7.228
Estoque próprio em poder de terceiros	11.909	5.759
Catalisadores	3.666	817
Importações em andamento	4.361	2.716
(-) Provisão para perdas por obsolescência	(3.569)	(2.226)
	107.337	90.851

Os produtos acabados são compostos por tubos de aço - R\$ 39.033 (2019 – R\$ 31.176) e resinas - R\$ 1.389 (2019 - R\$ 2.158). As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos.

Estoque próprio em poder de terceiros refere-se a matéria prima.

Política contábil

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A política para provisão de perdas com obsolescência segue os seguintes critérios:

- Para itens com pedido e sem venda a menos de 1 ano, utiliza-se o preço do pedido de venda como base para o cálculo da perda de realização;
- Para itens sem pedido e sem venda a mais de 1 ano, é utilizado a recuperação de 50% do preço mínimo do aço para diminuir o valor da perda de obsolescência e
- Para itens sem pedido e sem venda a menos de 1 ano é utilizado o preço mínimo da tabela de vendas.

2.3 (b) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS/ COFINS			11.562	8.258
IRPJ e CSLL			5.599	4.724
IRRF	2.590	3.161	6.945	8.450
ICMS			2.524	9.220
IPI			4.492	3.835
Outros	33	33	4.104	2.907
	<u>2.623</u>	<u>3.194</u>	<u>35.226</u>	<u>37.394</u>

Os tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

2.3 (c) Obrigações tributárias - correntes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributos correntes				
IPI			3.041	2.048
IRRF	98	92	2.579	2.634
ICMS			2.163	1.234
INSS	16	22	1.645	1.741
IRPJ/ CSLL			1.335	1.418
PIS/ COFINS		506		1.396
Outros			173	819
	<u>114</u>	<u>620</u>	<u>10.936</u>	<u>11.290</u>

2.3 (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo (passivo) fiscal diferido				
Ativo fiscal diferido				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social			3.843	6.062
Variações cambiais			2.413	70
Provisão para perdas esperadas do contas a receber			4.889	4.038
Provisão para contingências	540	540	9.854	9.179
Outras diferenças temporárias			46	122
	<u>540</u>	<u>540</u>	<u>21.045</u>	<u>19.471</u>
Passivo fiscal diferido				
Custo atribuído ao ativo imobilizado			(30.075)	(31.708)
Valor justo de Propriedade para investimento			(34.019)	(43.886)
Variações cambiais			(3.253)	
Outras diferenças temporárias			(13.408)	(13.144)
			<u>(80.755)</u>	<u>(88.738)</u>
Total, líquido	<u>540</u>	<u>540</u>	<u>(59.710)</u>	<u>(69.267)</u>

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Estes créditos poderão ser compensados com lucro tributável no futuro.

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízo fiscal a partir do ano de 2020.

	Consolidado	
	2020	2019
2020		2.923
2021	1.870	2.701
2022	1.973	438
	<u>3.843</u>	<u>6.062</u>

A reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social está demonstrada na [Nota 2.1 \(e\)](#).

2.3 (e) Depósitos judiciais e provisão para contingências

Os saldos de depósitos judiciais e de provisão para contingências estão descritos a seguir:

	Depósitos judiciais				Provisão para contingências			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Tributários	5.483	5.479	9.652	55.028	5.305	5.302	11.756	74.501
Trabalhistas/ Previdenciários	113	113	517	2.579			5.555	6.182
Cíveis							4.851	3.256
Outros			5.595	6.422	1.589	1.589	5.868	4.803
	5.596	5.592	15.764	64.029	6.894	6.891	28.030	88.742

A movimentação da provisão para contingências está apresentada a seguir:

	Movimentação da provisão para contingências			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	6.891	7.085	88.742	104.572
Valores debitados (creditados)				
no resultado do exercício				
Provisões adicionais reconhecidas	3	8	3.868	13.366
Reversões		(165)	(64.196)	(26.748)
Valores utilizados no exercício		(37)	(384)	(2.448)
Saldo final	6.894	6.891	28.030	88.742

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. As causas com perda possível, em que não há provisão/ passivo reconhecido, estão descritas na [Nota 4.1](#).

As principais causas com perda provável e correspondente passivo reconhecido estão descritas a seguir.

Causas Tributárias

(i) ICMS na base de PIS e COFINS

As controladas GPC Química, Apolo Tubos e Apolo Tubulars questionam, através de processo judicial em trâmite desde 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em maio de 2020, o Tribunal Regional da 1ª Região autorizou o levantamento, em favor da GPC Química S.A. e da Apolo Tubos e Equipamentos S. A., dos valores recolhidos a título de depósitos judiciais nos autos da ação 00040617420074013400, exclusivamente em razão da indevida incidência do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS.

De acordo com os assessores jurídicos do Grupo, a decisão judicial que determinou o levantamento dos depósitos judiciais em maio de 2020 por parte do Tribunal Regional da 1ª Região, ao reconhecer o direito ao crédito pelo ICMS faturado, representou um marco relevante em favor do Grupo e como consequência, representa uma mudança de prognóstico perda de provável para remota no que diz respeito à metodologia utilizada para exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS.

É provável que benefícios econômicos fluam em favor da Companhia em referência aos 5 anos anteriores à petição inicial do processo que trata a exclusão da base de cálculo do PIS e COFINS. Como a entrada de recursos não é praticamente certa, tendo em vista que não houve homologação do crédito, a Administração se restringiu a divulgar a provável entrada de recursos.

(ii) PIS e COFINS sobre Juros sobre capital próprio

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada GPC Química nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de dezembro de 2020 da obrigação legal de R\$ 5.208, como provisão para esta contingência.

Causas Trabalhistas/ Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por ex-empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações é individualmente relevante.

2.3 (f) Bens destinados a venda

Informações gerais e financeiras

O saldo é composto por terreno de propriedade da Controlada GPC Química localizado na Av. Brasil, 3.666 Benfica, Rio de Janeiro – RJ. O saldo no grupo Bens destinados a venda refere-se a 35.000 m² de parte da área 1.

Em dezembro de 2020 a área foi vendida para Obramax gerando um ganho de R\$ 5.077.

As demais áreas estão classificadas como “Propriedade para Investimento” - [Nota 2.3 \(h\)](#).

Conforme determinado no Plano de Recuperação Judicial, os valores apurados na venda do terreno foram utilizados para o pagamento do saldo do empréstimo junto ao IFC - [Nota 2.2 \(e\)](#).

Política contábil

A Companhia classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda.

2.3 (g) Investimento

Investida direta	Controle	Atividade	Saldo do investimento					
			Participação (%)		Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019	2020	2019
GPC Química	Controlada	Resina e formol	90,72	90,72	213.252	147.940		
Apolo Tubos	Controlada	Tubos de aço	48,74	56,21	88.505	9.930		
Metanor	Coligada	Metanol	28,44	28,44	17.213	13.384	29.355	21.272
Copenor	Coligada	Metanol	0,01	0,01	8	6	210	154
Outros investimentos							(1.257)	36
					318.978	171.260	28.308	21.462

Mutações nos investimentos durante o exercício - Controladora

	Controladora 2020				
	GPC Química	Apolo Tubos	Metanor	Copenor	Total
Saldo inicial	147.940	9.930	13.384	6	171.260
Aumento de capital		55.844			55.844
Equivalência patrimonial	105.154	17.864	5.086	2	128.106
Dividendos	(21.555)		(1.257)		(22.812)
Transações com não controladores	(18.287)	4.867			(13.420)
	213.252	88.505	17.213	8	318.978
	Controladora 2019				
	GPC Química	Apolo Tubos	Metanor	Copenor	Total
Saldo inicial	127.145	17.217	8.279	4	152.645
Equivalência patrimonial	27.584	(7.287)	5.105	2	25.404
Dividendos	(5.387)				(5.387)
Outras movimentações	(1.402)				(1.402)
	147.940	9.930	13.384	6	171.260

Dividendos a receber

Como política, a Companhia apenas reconhece o direito aos dividendos mínimos obrigatórios a receber quando da aprovação, em Assembléia. Por essa razão, manteve como investimento o valor de dividendos mínimos a receber da controlada Metanor.

Transações com não controladores

Em dezembro de 2020, foi deliberado em AGE o aumento de capital, pela Companhia e pela GPC Química, na controlada Apolo Tubos mediante a conversão de mútuos em capital no social, sendo:

- R\$ 76.721 em créditos devidos pela Apolo Tubos para a GPC Química.
- R\$ 55.844 em créditos devidos pela Apolo Tubos para a Companhia; e

Como resultado, a Companhia teve sua participação no capital da Apolo Tubos alterada de 56,21% para 48,74%, enquanto que a controlada GPC Química passou a deter 30,91% do capital da Apolo Tubos (antes da transação, a GPC Química possuía zero de participação, na Apolo Tubos).

Como resultado dessas transações, o Grupo registrou uma redução líquida no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora, de R\$ 13.420 (sendo uma redução de R\$ 18.287 pelos efeitos, na GPC Química, e um aumento de R\$ 4.867, pelos efeitos na Companhia). Os efeitos da mudança de participação no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício estão resumidos a seguir.

Efeitos das transações com não controladores, na GPC Química

O valor contábil da participação de 30,91% adquirida pela GPC Química na Apolo Tubos, na data de aquisição, era R\$ 56.104, sendo a contraprestação paga, mediante a conversão de mútuo, de R\$ 76.721. Os efeitos da mudança de participação estão resumidos a seguir:

	2020
Valor contábil da participação não controladora adquirida	56.112
Contraprestação paga pela participação não controladora	(76.271)
Ágio na aquisição de participação não controladora no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	(20.159)
Percentual de participação da Companhia na GPC Química	90,72%
Efeito na Companhia	(18.287)

A contraprestação paga foi determinada pelo valor justo, calculado por assessores financeiros independentes, que emitiram laudo datado de 30 de novembro de 2020.

Efeitos das transações com não controladores, na Companhia

Além da equivalência patrimonial decorrente da transação acima mencionada, na controlada GPC Química, a Companhia também apurou resultado, no montante de R\$ 4.867, considerando principalmente o ganho de capital a partir do aporte realizado pela GPC Química, na Apolo Tubos, em valor superior ao valor contábil da participação adquirida.

Mutações nos investimentos durante o exercício - Consolidado

	Consolidado 2020			
	Metanor	Copenor	Outros	Total
Saldo inicial	21.272	154	36	21.462
Equivalência patrimonial	8.083	56		8.139
Dividendos	(1.257)			(1.257)
Outras movimentações			(36)	(36)
	28.098	210		28.308
	Consolidado 2019			
	Metanor	Copenor	Outros	Total
Saldo inicial	13.158	104	36	13.298
Equivalência patrimonial	8.114	50		8.164
Outras movimentações				
	21.272	154	36	21.462

Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2020

	GPC Química		Apolo Tubos		Metanor		Copenor	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Total de ativos	593.198	574.361	295.936	279.900	80.319	59.063	122.455	99.372
Total de passivos	358.127	411.285	114.365	262.234	19.337	12.104	41.693	40.087
Patrimônio líquido	235.071	163.076	181.571	17.666	60.982	46.959	80.762	59.285
Total de Receitas	823.381	665.793	214.596	173.472			202.343	214.316
Lucro líquido do exercício	115.913	30.406	31.790	(12.965)	17.985	17.951	21.477	19.234
Percentual de participação	90,72%	90,72%	48,74%	56,21%	28,60%	28,44%	0,01%	0,01%

2.3 (h) Propriedades para Investimento

Saldo composto por terreno de propriedade da Controlada GPC Química localizado na Av. Brasil, 3.666 Benfica, Rio de Janeiro – RJ. Em função de negociações para a venda, parte da área 1 foi transferida para o grupo Bens Destinados a venda. As propriedades para investimento estão mensuradas pelo valor justo, com base em laudo de empresa especializada, tendo sido reconhecido ganho de R\$ 5.221, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em março de 2020, foi recebido o valor de R\$ 3.205 referente a desapropriação de parte da área 2, o valor de custo dessa área desapropriada era de R\$ 2.923, o que gerou um ganho de R\$ 282.

A seguir, movimentação do saldo, em 2020 e 2019:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Saldo inicial	Transferência para Bens destinados a venda (Nota 2.3(f))	Ajuste a valor justo	Outras	Saldo final
Terreno Benfica					
Área 1 (132.363m)	119.097	(25.110)	(9.254)	975	85.708
Área 2 (60.189m)	46.577	(623)	(7.249)	(2.361)	36.344
Área 3 (19.593m)	13.943		(1.759)	1.386	13.570
	179.617	(25.733)	(18.262)		135.622

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Saldo inicial	Ajuste a valor justo	Baixas	Saldo final
Terreno Benfica				
Área 1 (132.363m)	85.708	(7.623)		78.085
Área 2 (60.189m)	36.344	1.342	(2.923)	34.763
Área 3 (19.593m)	13.570	1.060		14.630
	135.622	(5.221)	(2.923)	127.478

2.3 (i) Imobilizado

	Consolidado								
	Terrenos	Imóveis	Máquinas e instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros ativos	Imobilizado em andamento	Total
Em 1o de janeiro de 2019									
Custo, reavaliado	6.098	82.115	245.642	3.184	1.522	5.861	582	20.012	365.016
Depreciação		(10.975)	(81.242)	(2.527)	(1.084)	(4.671)	(185)		(100.684)
Valor líquido	6.098	71.140	164.400	657	438	1.190	397	20.012	264.332
Em 31 de dezembro de 2019									
Saldo inicial em 1o de janeiro de 2019	6.098	71.140	164.400	657	438	1.190	397	20.012	264.332
Aquisições		976	1.891	138	299	228	122	34.831	38.485
Baixas, líquidas		(179)	(38)	(5)	(69)	20	(31)		(302)
Transferências			4.645					(4.645)	
Depreciação		(1.096)	(14.828)	(122)	(158)	(466)	(11)		(16.681)
Impairment		(14.779)							(14.779)
Outras movimentações			(324)						(324)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	6.098	56.062	155.746	668	510	972	477	50.198	270.731
Em 31 de dezembro de 2019									
Custo, reavaliado	6.098	68.133	251.816	3.317	1.752	6.109	673	50.198	388.096
Depreciação		(12.071)	(96.070)	(2.649)	(1.242)	(5.137)	(196)		(117.365)
Valor líquido	6.098	56.062	155.746	668	510	972	477	50.198	270.731
Em 31 de dezembro de 2020									
Saldo inicial em 1o de janeiro de 2020	6.098	56.062	155.746	668	510	972	477	50.198	270.731
Aquisições		85	7.000	99	16	232	206	18.794	26.432
Baixas, líquidas		(30)	(735)				(79)	(1.947)	(2.791)
Transferências			42.039			2	(49)	(41.992)	
Depreciação		(1.379)	(19.796)	(179)	(109)	(377)	(8)		(21.848)
Outras movimentações			(324)						(324)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	6.098	54.738	183.930	588	417	829	547	25.053	272.200
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo, reavaliado	6.098	68.188	299.796	3.416	1.768	6.343	751	25.053	411.413
Depreciação		(13.450)	(115.866)	(2.828)	(1.351)	(5.514)	(204)		(139.213)
Valor líquido	6.098	54.738	183.930	588	417	829	547	25.053	272.200
Taxas anuais de depreciação		5 a 10%	8% a 10%	10%	20%	20%	10%		

A Companhia e controladas realizam análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

2.3 (j) Direito de uso e passivo de arrendamento

Montantes reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial demonstra os seguintes montantes relacionados à arrendamentos:

	Consolidado	
	2020	2019
Direito de uso de ativos		
Terreno	2.547	5.205
Salas comerciais	731	75
	<u>3.278</u>	<u>5.280</u>
Passivo de arrendamento		
Circulante	3.174	2.549
Não circulante	1.654	3.253
	<u>4.828</u>	<u>5.802</u>

Montantes reconhecidos na demonstração de resultados e fluxos de caixa

	Consolidado	
	2020	2019
Amortização do direito de uso		
Terreno	2.658	2.603
Salas comerciais	172	179
	<u>2.830</u>	<u>2.782</u>
Despesa de juros	604	1.000
Total de desembolsos de caixa em contratos de arrendamento	(2.406)	(3.132)

2.4 Patrimônio líquido

2.4 (a) Capital social

Em 10 de setembro foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento da totalidade das ações da Companhia na proporção de 1:5, sem a modificação do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 82.050 (R\$ 82.050 em 31 de dezembro de 2019), e está representado por 31.337.845 ações, sendo 29.413.910 ações ordinárias e 1.923.935 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

2.4 (b) Ações em tesouraria

São compostas de 161.300 ações não utilizadas na quitação de dívidas da controlada GPC Química no âmbito da Recuperação Judicial.

2.4 (c) Reserva legal

Deve ser constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social, limite previsto na legislação societária, e poderá ser usada para absorver prejuízos acumulados.

2.4 (d) Reservas de lucros a realizar

Decorre da aplicação do artigo 197 da Lei 6.404/76.

2.4 (e) Reserva reflexa – Incentivos fiscais

Constituída por Incentivos Fiscais de Controladas provenientes do ICMS convalidados nos termos da Lei Complementar 160/17 e Convênio ICMS 190/17 caracterizados com subvenção de investimentos. O valor correspondente a Subvenção de Investimento em atendimento à Lei 11.638/17 e CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidos na Demonstração do Resultado para que não seja distribuído sem serem oferecidos a tributação conforme regulamento.

2.4 (f) Reserva Estatutária

Constituída com a finalidade de aporte de recursos nas Controladas, facultada a capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.

Será proposto pela Administração a capitalização de parte do saldo da reserva, no valor de R\$ 57.950, na Assembleia Geral a ser convocada.

2.4 (g) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial o valor correspondente a adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

2.4 (h) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os valores de dividendo mínimo estabelecidos no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.5 Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro e a média ponderada da quantidade de ações

levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em razão de a Companhia não possuir ações potenciais. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	2020	2019
Numerador básico e diluído - lucro atribuível aos acionistas da GPC atribuído igualmente entre as classes de ações		
Lucro líquido do exercício		
Ordinárias	111.903	23.413
Preferenciais	7.319	1.531
	<u>119.222</u>	<u>24.944</u>
Denominador básico e diluído - média ponderada da quantidade de ações		
Quantidade de ações (número de ações - média ponderada)		
Ordinárias	11.298.165	5.882.782
Preferenciais	739.002	384.787
	<u>12.037.167</u>	<u>6.267.569</u>
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)		
Lucro básico e diluído por ação		
Ordinárias	9,90	3,98
Preferenciais	9,90	3,98

2.6 Informação por segmento

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas na [Nota 1](#).

As informações dos segmentos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão incluídas na tabela a seguir.

	31/12/2020					31/12/2019				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Holding	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Holding	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	646.500	348.201	-	-	994.701	515.986	281.733	-	-	797.719
Lucro Bruto	137.528	78.377	-	-	215.904	100.355	45.818	-	-	146.172
Depreciação e Amortização	(14.315)	(10.162)	(28)	-	(24.506)	(10.894)	(8.228)	(29)	-	(19.150)
Lucro antes do resultado Financeiro	122.256	51.895	124.907	(123.039)	176.019	34.192	8.085	27.710	(20.297)	49.690
Resultado Financeiro	13.202	(12.497)	(5.685)	-	(4.980)	(7.052)	(22.313)	(3.307)	-	(32.671)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	135.458	39.398	119.222	(123.039)	171.039	27.140	(14.227)	24.403	(20.297)	17.019
IR e CS	(19.545)	(7.607)	-	-	(27.152)	3.266	1.262	540	-	5.069
Lucro líquido do exercício	115.913	31.791	119.222	(123.039)	143.886	30.406	(12.964)	24.944	(20.297)	22.089
Ativo Circulante	169.867	176.330	23.762	(20.820)	349.139	118.870	148.524	6.008	(4.656)	268.747
Ativo não Circulante	423.330	143.782	330.069	(400.453)	496.728	461.597	158.649	238.766	(313.530)	545.481
Passivo Circulante	131.344	73.795	34.308	(20.820)	218.628	118.532	97.111	10.878	(4.656)	221.865
Passivo não Circulante	461.854	246.317	319.522	(400.453)	627.239	461.936	210.062	233.895	(313.530)	592.363

3 **Gestão de riscos e de capital, estimativas críticas e valor justo**

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações contábeis e performance da Companhia.

Gestão de riscos de mercado e análises de sensibilidade	31
Gestão de capital	36
Estimativas críticas e julgamentos	36
Estimativa de valor justo	37

3.1 Gestão de riscos de mercado e análises de sensibilidade

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada por reuniões semanais onde pontos relevantes são discutidos.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco cambial
- Risco de taxa de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.1 (a) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$ 21.438.

	Consolidado	
	2020	2019
Saldos em R\$ de instrumentos atrelados a moeda estrangeira		
Ativos		
Contas a receber em USD	2.468	5.308
Importações em andamento em USD	4.361	2.716
Passivos		
Empréstimos em USD		
Indexados ao USD	(3.875)	(9.134)
Contas a pagar em USD	(24.302)	(7.365)
Exposição líquida (*)	(21.348)	(8.475)

Análise de sensibilidade

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda.

Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$5,1970 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de dezembro de 2020.

Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de *Chicago Board of Trade* de R\$5,2050 por US\$1,00 para 31 de dezembro de 2020.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020		
	Cenário provável	Cenário I - aumento de 10%	Cenário II - redução de 10%
Exposição cambial líquida (indexada ao USD)	(22.648)	(22.648)	(22.648)
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2020	5,198	5,198	5,198
Taxa cambial estimada conforme cenários de stress	4,500	5,717	4,678
Diferença entre as taxas	(0,698)	0,520	(0,520)
Ganho (perda)	3.039	(2.265)	2.265

3.1 (b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Análise de sensibilidade

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Exposição de passivos a taxa de juros			
Passivos, líquidos, atrelados à TJLP	60.254	60.254	60.254
Passivos, líquidos, atrelados ao CDI	69.643	69.643	69.643
Taxa em 31 de dezembro de 2020			
TJLP	4,55%	4,55%	4,55%
CDI	2,75%	2,75%	2,75%
Taxa estimada conforme cenários de stress			
TJLP	4,96%	6,20%	7,44%
CDI	4,60%	5,75%	6,90%
Diferença entre as taxas			
TJLP	0,41%	1,65%	2,89%
CDI	1,85%	3,00%	4,15%
Aumento do passivo	1.535	3.083	4.632

3.1 (c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes da inadimplência de seus clientes, de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa ou contrapartes de seus instrumentos financeiros.

A Companhia e suas controladas estão expostas a tais riscos em suas atividades operacionais (principalmente em relação às contas a receber de clientes) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, o que pode afetar negativamente as operações, condição financeira e resultados operacionais.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota 2.2(b)).

Contas a receber de clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos referem-se a valores acumulados em diversos exercícios e a provisão foi determinada conforme indicado a seguir:

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 180 dias</u>	<u>Vencidos acima de 181 dias</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020				
Taxa de perda esperada	1,0	2,0	86,0	3,1
Valor bruto - Contas a receber	134.679	14.761	3.531	152.971
Provisão para perdas esperadas	(1.347)	(295)	(3.036)	(4.678)
Em 31 de dezembro de 2019				
Taxa de perda esperada	0,5	1,0	70,0	3,8
Valor bruto - Contas a receber	84.363	14.882	4.815	104.060
Provisão para perdas esperadas	(422)	(149)	(3.372)	(3.943)

A movimentação da perda esperada para as contas a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	3.943	2.617
Adições, líquidas, na estimativa de perdas esperadas	1.177	1.375
Valores recuperados	(442)	(49)
Saldo final	4.678	3.943

3.1 (d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com suas obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, empréstimos, financiamentos, salários, provisões e encargos sociais a recolher e outros passivos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Controladora						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 31 de dezembro de 2020						
Empréstimos - terceiros	3.633	2.818	2.109	3.163	20.999	32.722
Em 31 de dezembro de 2019						
Empréstimos - terceiros	3.441	3.440	7.787	3.163	22.448	40.279
Consolidado						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 31 de dezembro de 2020						
Fornecedores - terceiros	50.148	1.524	1.143	1.712	11.601	66.128
Empréstimos - terceiros	44.920	8.530	17.317	32.009	27.935	130.711
Passivo de arrendamento	1.587	1.587	1.413	241		4.828
Impostos e contribuições a recolher - parcelamento	23.414	19.109	65.445	32.764	21.130	161.862
	120.069	30.750	85.318	66.726	60.666	363.529
Em 31 de dezembro de 2019						
Fornecedores - terceiros	25.429	1.218	1.383	1.713	11.802	41.545
Empréstimos - terceiros	77.706	41.107	25.121	14.042	28.728	186.704
Passivo de arrendamento	1.275	1.275	2.500	753		5.802
Impostos e contribuições a recolher - parcelamento	18.046	11.859	44.939	50.689	46.619	172.152
	122.456	55.459	73.943	67.197	87.149	406.203

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e Financiamentos	32.722	40.279	130.711	186.704
Impostos Parcelados	1.191	1.274	161.862	172.152
Caixa e Equivalentes de Caixa	(680)	(390)	(40.602)	(11.984)
Dívida Líquida	33.233	41.163	251.971	346.872
Patrimônio Líquido	257.422	177.846	316.175	200.719
Índice de Alavancagem Financeira	0,12910	0,23145	0,79694	1,72815

3.3 Estimativas críticas e julgamentos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na [Nota 3.1\(c\)](#).

Imposto de renda e contribuição social

Em muitas situações, a determinação final do imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é incerta. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Além disso, a Companhia reconhece os tributos diferidos ativos na extensão em que poderão ser utilizados, com base em estudos de lucros tributáveis futuros.

Valor justo da Propriedade para investimento

O cálculo do valor justo das Propriedades para investimento leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda e taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

Reconhecimento de ganhos em ações judiciais e de provisões para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. Em determinadas situações, há julgamento significativo na determinação de existência de um ganho praticamente certo, como foi o caso na ação judicial de ICMS na base de PIS e COFINS ([Nota 2.1\(d\)](#)).

3.4 Estimativa de valor justo

3.4 (a) Informações gerais

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, incluindo bens destinados à venda.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela diretoria. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

A Diretoria decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, o Diretoria analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia.

Em caráter interino, a Diretoria e os avaliadores externos da Companhia apresentam os resultados da avaliação aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.4 (b) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na [Nota 2.2 \(e\)](#).

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

A seguir, sumário dos itens abrangidos na Seção 4.

Contingências – perdas possíveis	40
Ativos contingentes	40
Eventos ocorridos após o encerramento do período	40

4.1 Contingências – perdas possíveis

Conforme determinam as normas contábeis, as perdas com classificação de risco de perda possível ou remota não são reconhecidas, no Balanço. A seguir, as informações dos valores em risco de perda possível, conforme assessores legais da Companhia:

	Perdas possíveis não provisionadas			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributárias	230		29.091	33.481
Trabalhistas		80	9.227	14.288
Cíveis			1.021	14.349
	230	80	39.339	62.118

Trabalhista e Previdenciários

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações trabalhistas é individualmente relevante.

Tributária

As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a auto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

4.2 Ativos contingentes

É provável que benefícios econômicos fluam em favor da Companhia em referência aos 5 anos anteriores à petição inicial do processo que trata a exclusão da base de cálculo do PIS e COFINS. Como a entrada de recursos não é praticamente certa, tendo em vista que não houve homologação do crédito, a Administração se restringiu a divulgar a provável entrada de recursos.

4.3 Eventos ocorridos após o encerramento do exercício

Em 04/01/2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Virtuais ("Plano ILP"), conforme divulgado pela Companhia em seu website e no website da Comissão de Valores Mobiliários em 13/01/2021.

5 Informações adicionais

Esta seção inclui outras informações relevantes que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

Os itens abrangidos nesta seção são:

Transações com partes relacionadas	42
Políticas contábeis adicionais	44
Seguros	52

5.1 Transações com partes relacionadas

5.1 (a) Saldos e transações com partes relacionadas

Controladora

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações. As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

	Consolidado							
	Demonstração do resultado							
	Empréstimos a receber		Dividendos a receber		Contas a pagar - parcelamento		Receita (despesas) com juros, líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
GPC Indústria e Comércio Ltda.	156	2.736					8	9
Metanor S.A.			1257					
Copenor Cia Petroquímica					(6.243)	(6.094)	(319)	(211)
	<u>156</u>	<u>2.736</u>	<u>1.257</u>		<u>(6.243)</u>	<u>(6.094)</u>	<u>(311)</u>	<u>(202)</u>
Circulante					(1.051)	(747)		
Não circulante	156	2.736	1257		(5.192)	(5.347)		
	<u>156</u>	<u>2.736</u>	<u>1.257</u>		<u>(6.243)</u>	<u>(6.094)</u>		

Empréstimos a receber

Apolo Tubos: Em 22 de maio de 2010, a GPC Participações celebrou contratos de mútuo com a controlada Apolo Tubos. Em 2020, esse valor foi convertido em capital social, conforme [Nota 2.3 \(g\)](#).

GPC Química O ativo circulante refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Empréstimos a pagar

GPC Química: Saldo do mútuo atualizado pela variação do CDI acrescido de juros de 3% ao ano. Em 2020 o saldo foi acrescido (i) de valores referentes a despesas incorridas pela Companhia, cujos pagamentos foram efetuados com recursos obtidos da GPC Química; e (ii) de R\$ 8.733, referentes ao pagamento da parcela do empréstimo ao IFC ([Nota 2.2\(e\)](#)) com ativos da GPC Química e reduzido pela compensação com dividendos a receber.

Consolidado

	Consolidado							
							Demonstração do resultado	
	Empréstimos a receber		Dividendos a receber		Empréstimos a pagar		Receita (despesas) com juros, líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
GPC Indústria e Comércio Ltda.	156	2.736					8	9
Metanor S.A.			1.257					
Copenor Cia Petroquímica					(6.243)	(6.094)	(319)	(211)
	<u>156</u>	<u>2.736</u>	<u>1.257</u>		<u>(6.243)</u>	<u>(6.094)</u>	<u>(311)</u>	<u>(202)</u>
Circulante	156	2.736	1.257		(1.051)	(747)		
Não circulante					(5.192)	(5.347)		
	<u>156</u>	<u>2.736</u>	<u>1.257</u>		<u>(6.243)</u>	<u>(6.094)</u>		

Empréstimos a receber

GPC Indústria e Comércio: O valor refere-se ao saldo do contrato de mútuo celebrado com a GPC Química no montante de R\$ 156, corrigido pela variação do CDI mais 6% a.a. O saldo do mútuo de R\$ 2.766, celebrado entre a Apolo Tubos e a GPC Indústria, foi permutado com créditos originados de ações judiciais.

Empréstimos a pagar

Copenor: Valor originalmente relativo à compra de metanol, em anos anteriores, cujo saldo integrou o plano de Recuperação Judicial, e será pago conforme aditivo ao referido plano.

5.1 (b) Outras garantias além daquelas já divulgadas

A Companhia prestou avais em favor da GPC Química cujo valor em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 25.754, sendo que deste valor R\$ 17.367 estão relacionados no Plano de Recuperação Judicial. Prestou, também, avais em favor da Apolo Tubos no valor de R\$ 33.711.

5.1 (c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Controladora								
2020				2019				
Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	
Salários e benefícios de curto prazo	175	741	80	996	405	853	100	1.358
	175	741	80	996	405	853	100	1.358

Consolidado								
2020				2019				
Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	
Salários e benefícios de curto prazo	5.520	6.878	110	12.508	4.617	6.974	130	11.721
	5.520	6.878	110	12.508	4.617	6.974	130	11.721

5.2 Políticas contábeis adicionais

5.2 (a) Apresentação das demonstrações contábeis e autorização de emissão

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 18 de março de 2021.

5.2 (b) Base de mensuração e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico - reavaliado no caso de determinados ativos, incluindo Ativo Imobilizado ("deemed cost" reconhecido, na adoção das IFRSs) e Ativos destinados a venda (a cada período de reporte).

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perdas esperadas com o contas a receber de clientes -Nota 2.2 (b)
- Valor justo de ativos - Nota 2.3 (i/h)
- Provisão para contingências - Nota 2.3 (e);

5.2 (c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 9).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;

Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;

Destaque aos acionistas não-controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as seguintes investidas diretas e indiretas mencionadas na nota 2.2 (g)

5.2 (d) Investimento em coligadas e joint venture

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Operação em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na joint venture são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada CPC 18 (R2).26-29 ou joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada ou da joint venture a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou joint venture é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada ou joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou na joint venture, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou joint venture são eliminados em proporção à participação na coligada ou joint venture.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou joint venture apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou joint venture.

As demonstrações contábeis da coligada ou joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada ou joint venture.

A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou joint venture e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de coligada e joint venture", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a joint venture, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou joint venture, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

5.2 (e) Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

5.2 (f) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

5.2 (g) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante

5.2 (h) Instrumentos financeiros

Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e

sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica “Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa” são revertidos contra a perda constituída.

5.2 (i) Outras contas a receber

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

5.2 (j) Ativo Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida Útil
Imóveis	10 a 20 anos
Máquinas / Instalações industriais	10 a 12 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

5.2 (k) Redução ao valor recuperável de ativos

O valor contábil líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

5.2 (l) Contas a pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

5.2 (m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

5.2 (n) Provisões para contingências

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 14.

5.2 (o) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

5.2 (p) Lucro líquido por ação

Lucro líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

O Lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

5.2 (q) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

5.2 (r) Subvenções governamentais

Subvenções e Assistências Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidos na Demonstração do Resultado.

5.2 (s) Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

5.2 (t) Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020

As seguintes normas foram alteradas, em 2020:

Norma	O que mudou?
Alterações no CPC 15(R1)	Definição de negócios As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.
Alterações no CPC 38, CPC 40(R1) e CPC 48	Reforma da taxa de juros de referência As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.
Alterações no CPC 26(R1) e CPC 23	Definição de material As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.
Revisão no CPC 00(R2)	Estrutura conceitual para relatório financeiro Fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.
Alterações no CPC 06(R2)	Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

5.3 Seguros

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas e prêmios de seguro são:

Apólices	Cobertura	Posição 31/12/2020		Posição 31/12/2019	
		Prêmio	Cobertura	Prêmio	Cobertura
Lucros cessantes	Danos a estoque e imob. (parada de prod.)	281	223.849	194	218.801
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Danos a estoque e imob.	563	254.105	463	212.100
Veículos	Furtos, colisões e resp civil condutor	65	1.615	61	1.669
Responsabilidade civil (produtos e estab. Ind.)	Op. e comércio de prod. de estab. Ind.	120	10.000	114	10.000
Responsabilidade civil - ADM	Atos relacionados a gestão	432	20.000	380	20.000
		1.462	509.569	1.212	462.570
